

## **A PROPAGANDA COMUNISTA DOS MILITANTES PORTUGUESES EM SÃO PAULO, VISTA PELA POLÍCIA POLÍTICA.**

Daniela Fernanda de Almeida

Mackenzie/Unicsul

A pesquisa que neste artigo se pretende apresentar procura entender e interpretar a atuação de militantes políticos portugueses entendidos pelas elites dominantes do período como perigosos inimigos do Estado paulista, nas décadas de 20, 30 e 40 do século passado: os comunistas. Neste sentido, a documentação amealhada pelo DEOPS, Departamento de Ordem Política e Social paulista, oferece ricas informações para entender estes sujeitos históricos “subversivos”, tanto no âmbito de sua atuação política stricto sensu, como o conjunto de problemas relativos à esfera de suas vidas privadas: questões familiares, sentimentais, profissionais etc.

Os portugueses se constituíram em um dos grupos populacionais mais importantes, no mínimo numericamente, para o processo migratório em São Paulo, e estiveram presentes nas lutas e embates pela reorganização e modernização da sociedade brasileira que então se travavam. Tal presença se reflete na documentação reunida pela polícia política do Estado de São Paulo. Informações alcançáveis pela pesquisa até este momento permitem identificar precariamente os motivos alegados pelo DEOPS para promover a investigação e a perseguição dos militantes políticos portugueses. Porém, é possível estabelecer que as principais razões alegadas para perseguição e repressão, referem-se simplesmente ao fato de que estes militantes estivessem fazendo propaganda de suas idéias. Assim, a princípio, observa-se que a intenção repressora se ateve nitidamente à intenção de silenciar a voz opositora imigrante ainda no seu nascedouro.

Apesar da repressão da polícia levanta-se o problema: Estes imigrantes tinham mesmo práticas de militância reais de questionamento e engajamento social para as mudanças necessárias para o operariado.

Apresentar a forma como o processo migratório ocorreu, identificar os indivíduos implicados com a polícia política e suas ações, identificar as suas práticas e táticas de propaganda comunista, avaliar o conjunto dessa relação conflituosa entre militantes

estrangeiros e repressores nacionais, enfim investigar como era estruturada as relações sociais do imigrante comunista português e a sociedade brasileira é o âmbito e o objetivo do presente artigo.

## O PORTUGUÊS IMIGRANTE

Os portugueses foram considerados estrangeiros no Brasil a partir do momento em que foi proclamada a independência brasileira em 1822, antes disso a terra era colonizada e governada por Portugal.

O Brasil tinha língua e religião equivalentes, características culturais que explicaram, mais tarde as facilidades políticas brasileiras na promulgação de decretos que incentivavam este tipo de imigração. Por isso durante um grande período de nossa história, o Brasil foi o destino natural do povo português emigrado. Um Brasil visto no exterior como a terra de enriquecimento fácil, realçando os sonhos dos portugueses que viviam em condições difíceis em seu próprio país.

O fator de expulsão dos imigrantes portugueses de sua terra de origem ocorreu devido às dificuldades políticas, econômicas e sociais encontradas em Portugal. Em meados do século XIX os pequenos produtores, sofriam o processo de proletarização. A perda de fertilidade dos solos gerou crises agrícolas e como consequência a diminuição de produção. Os pequenos proprietários com isso, abandonavam as lavouras, fator que aumentou o desemprego no país.

Entre os principais fatores de atração para a vinda de portugueses para o Brasil a partir das últimas décadas do século XIX destacam-se: a adoção do trabalho livre e assalariado com a abolição da escravidão, o estabelecimento de uma política imigratória que consistia no pagamento das despesas de viagem pelo governo brasileiro. O uso da mesma língua, também facilitava a comunicação e a chance maior de obtenção de trabalho, vantagem que imigrantes de outras nacionalidades não desfrutavam.

Já Em São Paulo, os portugueses preferiam viver no centro urbano, já que poderiam realizar mais facilmente as atividades artesanais, manufatureiras e industriais.

Na vasta produção historiográfica sobre imigração em São Paulo percebe-se maior enfoque a certos grupos de imigrantes, em particular os italianos e os japoneses, sendo

produzida uma maior quantidade de trabalhos sobre os portugueses, apenas mais recentemente. Os estudos existentes sobre a participação do imigrante português no movimento operário também é reduzida. Fato que talvez possa ser explicado pelo mito, criado por alguns trabalhos de que o português era menos engajado em movimentos operários se comparado a outros estrangeiros.

Em contrapartida, através das pesquisas nos prontuários percebemos que o número de portugueses que trabalhavam como operários acusados de práticas comunistas ou apenas simpatizantes do “Credo Vermelho” na cidade de São Paulo eram realmente relevantes.

Assim, os portugueses inseridos no meio operário brasileiro tiveram uma importante participação na divulgação das idéias comunistas. Já que o movimento socialista brasileiro é, em boa parte, reflexo de seu congênere europeu e foi introduzido pelos imigrantes de origem européia, notadamente nas últimas décadas do século XIX.

Diante disto ocorreram fatos que acentuaram essas idéias comunistas como a Revolução Russa que teve como consequência no plano nacional: a fundação do Partido Comunista e a aceitação das diretrizes ditadas pela Internacional Comunista. Embora experiências efêmeras de organização partidária, esses movimentos ilustram a efervescência existente entre os operários, que implicaria na vivência de uma das mais profundas épocas revolucionárias da história contemporânea do Brasil.

Em contrapartida, na sociedade brasileira, o imigrante português participa do crescimento econômico através da industrialização com o seu trabalho de operário ou pequeno empreendedor. A exploração e a falta de proteção ao trabalho acabam por gerar movimentos de resistência que se desenvolvem com a influência do comunismo. Os operários destes movimentos eram dirigidos, em sua maioria, por propostas anarquistas ou comunistas que dominavam o “proletariado” da época. A importância do PCB no período estudado é de extrema relevância já que vasto material de propaganda comunista era produzido dentro do próprio partido e divulgados também pelos seus próprios membros, e entre os divulgadores encontravam-se muitos imigrantes portugueses. As idéias da propaganda giravam principalmente em torno de reivindicações para o operariado na luta de um ideal justo e expressavam um discurso negativo a repressão.

Com a criação do DEOPS em 1924, pelo Estado de São Paulo, com função de controle das classes perigosas, vistas como “exóticas” e contrárias a ordem da nação, começa um período de grande repressão, sendo criada uma legislação específica para evitar a manipulação dos trabalhadores

Neste sentido a documentação amalhada pelo DEOPS, Departamento de Ordem Política e Social paulista, oferece informações para entender o conjunto de problemas relacionados à vida destes imigrantes, isto é, às relações sociais, políticas, familiares, sentimentais, de militância que aqui desenvolveram.

A investigação do dia-a-dia destes militantes portugueses nos mostra uma história de vida de sonhos, dramas e resistências. Por isso este artigo sobre a propaganda comunista dos portugueses de São Paulo pode conter relevância acadêmica, pois assim se compreende experiências vivenciadas por homens que fazem da ação de emigrar um sentido político, misturando os laços étnicos e culturais, criando espaços de sociabilidade, no trabalho, na luta política e nas resistências.

Por fim o artigo em questão, relacionando a propaganda comunista aos imigrantes portugueses é uma pesquisa inédita, fato que também justifica a sua relevância para as análises acadêmicas.

## QUESTÕES DE TEORIA

Aspectos culturais semelhantes entre Brasil e Portugal explicam as maiores facilidades políticas oferecidas à imigração portuguesa. Por isso durante um grande período de nossa história, o Brasil foi o destino natural do povo português. O sistema de quotas para imigrantes estrangeiros estabelecidos na Constituição de 1934 e no Estado Novo em 1937 foi uma medida que restringia o número de estrangeiros no país, mas não se estendia ao povo português.

As medidas favoráveis aos portugueses também tinham a intenção de contribuir para o branqueamento da população brasileira, ou seja, fortalecer a formação étnica do povo brasileiro de um ponto de vista cerceador da liberdade de constituição da nação.

A construção da teoria do branqueamento no país no início do século XX consistia no crescimento da população branca passadas algumas gerações, através da miscigenação com o contato do imigrante branco com o mestiço. (OLIVEIRA, 2002)

Segundo Fausto (1998), iniciou-se uma política agressiva de incentivo à imigração ainda nos últimos anos do Império, marcada por uma intenção também evidente de “tornar o país mais claro”.

Por estas razões o imigrante português era desejado e coincidia com os aspectos culturais desejados pela elite, sendo esta situação favorável à adaptação deste imigrante em relação aos outros. Em se tratando das características culturais semelhantes, o português se beneficiou, através de uma maior integração nos contatos pessoais, devido à sua língua idêntica. (NOVAIS, 1998)

Daí poder-se entender que no aspecto político tais condições foram um importante facilitador da integração dos portugueses nas práticas comunistas – objeto deste trabalho - representando a língua falada e a escrita um poderoso veículo de comunicação.

A vantagem da melhor adaptação poderia contribuir para reconstrução de uma nova identidade como ser “um novo brasileiro” e não apenas um estrangeiro que vive e trabalha na nova terra, e neste sentido as ideologias socialistas tornavam-se veículos de tais intenções.

E a construção desta nova identidade começaria a partir do momento em que o português escolhesse de fato o seu local para morar dentro do Brasil. Entre outras cidades, São Paulo foi um dos pólos de atração para este imigrante. A chegada à cidade ocorria através do Porto de Santos. Já em São Paulo, os portugueses preferiam viver no centro urbano, já que, poderiam realizar mais facilmente as atividades artesanais, industriais com destaque para as atividades comerciais.

Segundo Freitas (2006), no Estado de São Paulo foram várias as cidades com grande concentração de portugueses, entre elas, Piracicaba, São José do Rio Preto, Jaboticabal, Araraquara, Monte Mor, Mogi-Guaçu, Campinas, Santa Bárbara D’Oeste, Amparo, Bauru e Campinas, entre outras, porém o maior fluxo de imigrantes dirigiu-se para cidade de Santos e principalmente para a capital do Estado.

“Em 1911, os portugueses constituíam o segundo maior grupo estrangeiro da força de trabalho na capital paulista, superados apenas pelos italianos. De acordo com levantamento realizado pelo Departamento Estadual do Trabalho, as fábricas *Sant’Anna* e *Santa Chantal* empregavam o maior número de portugueses” (FREITAS, 2006, p. 82). Portanto o número de portugueses trabalhando como operários em São Paulo era muito significativo.

O imigrante português vai participar da industrialização brasileira principalmente como operário. A exploração e a falta de qualquer proteção ao trabalho geram movimentos de resistência que se desenvolvem primeiro sob influência do anarquismo e depois do comunismo. (OLIVEIRA, 2002)

Os operários que aderiam ao movimento comunista seriam dirigidos pelos próprios trabalhadores, ou seja, pelo que se considerava o verdadeiro representante do proletariado, o PCB.

Os imigrantes também constituíam boa parte das lideranças operárias em São Paulo. Nas negociações da Greve Geral de 1917, dos seis líderes escolhidos pelo Comitê de Defesa Proletária, quatro eram europeus, sendo três italianos e um português: Antonio Candeias Duarte. (FREITAS, 2006, p. 121)

Apesar disso, segundo Freitas (2006, p.121) “os portugueses foram acusados de serem menos aptos que os italianos para filiar-se a sindicatos”. Fato importante, já que muitas das campanhas comunistas iniciavam-se dentro dos Sindicatos de trabalhadores.

Segundo Fausto (1976), o imigrante português era indicado como menos engajado às reivindicações e à militância contra as más condições de trabalho encontradas aqui no país. Para Maram (1979, p.20), “os portugueses eram calouros na cidade de São Paulo, tendo que competir com os italianos já bem sucedidos que controlavam a maior parte dos ofícios e sindicatos”. Por isso, justificava que “para o trabalhador português, furar uma greve era uma questão de sobrevivência”, pois eles haviam chegado ao Brasil quando os postos de trabalho já estavam ocupados. Em oposição indica também que “foi o operário português das docas e da construção civil que em parceria com os espanhóis, fez de Santos um centro de agitação e organização operárias. Porém, a indicação de passividade do português, poderia ter validade se for considerado o período anterior à Primeira Guerra Mundial. Já que o imigrante da Itália vinha de um

dos centros sindicais mais vitais da Europa, já o português vinha de um local mais pobre em relação à ideologia socialista.

Verificou-se através da pesquisa na documentação dos prontuários da Polícia Política, amostras de portugueses engajados com movimentos operários, comícios, greves e práticas de propaganda comunista. Adiante trataremos o assunto em questão com pormenores.

## O PCB E OS SEUS MILITANTES

Os militantes do Partido Comunista Brasileiro, o PCB fundado em março de 1922, defendiam as idéias marxistas-leninistas. Tomando o período todo que nos preocupa, que vai dos anos 10 ao final da 2ª Grande Guerra, haviam várias correntes socialistas como: Comunistas Stalinistas, Comunistas Trotskistas, Comunistas Prestistas, Miguelismo, Outubrismo, Rabellismo. Porém o Partido tinha como base ideológica as idéias contidas no Manifesto do Partido Comunista.

Sabe-se que o símbolo do Partido Comunista caracteriza-se pelo martelo e a foice, desse modo o martelo representa a classe operária industrial, enquanto a foice representa os trabalhadores agrícolas, os dois juntos representam a união desses dois grupos e, portanto, o próprio ideal comunista. Esse símbolo é ícone da propaganda comunista e a sua relativa simplicidade, tal como a cor vermelha, chamam a atenção do receptor e facilitam também a difusão da propaganda.

Em 1934, o Partido Comunista Brasileiro lançou uma proposta para englobar todos os sindicatos e lutar contra a repressão e a favor da liberdade de propaganda. Resultado de relativa popularidade contribuiu para um aumento significativo na politização do movimento operário, através de manifestos publicados na imprensa.

O aumento significativo de popularidade, também ocorreu devido ao fato do Partido Comunista Brasileiro ter, em várias ocasiões, tipografia própria para a produção de seus boletins de propaganda e de seus jornais, isto facilitava a divulgação e distribuição do material.

Em relatório do indiciado Armindo Gomes (Pront. 82036), no qual consta ser figura destacada do movimento comunista e preso no ano de 1939, diz: “A polícia política

tenta combater a propaganda comunista através de ação repressora e através de investigações se descobriu que o Partido Comunista Brasileiro era proprietário de uma tipografia para a publicação de seu material impresso, custeada pelos seus cofres e instalada em pontos afastados do centro da cidade, para não despertar a curiosidade e a atenção da polícia. Sendo hábito a organização escolher uma casa isolada, cercada de grande área de terreno, visando evitar que os vizinhos e a polícia suspeitassem das suas atividades.” Dessa forma, existiam várias organizações comunistas em diversos Estados do país, em que, existiam comunicações interligadas.

Várias eram as razões que levavam à militância comunista, muitos se identificavam com o comunismo devido ao seu estado de proletarização. Assim razões de ordem econômica, portanto, desenvolveriam no indivíduo idéias anticapitalistas. Alguns chegavam apenas pela solidariedade com os pobres. Outros militantes alegavam ter aderido ao comunismo não por razões econômicas ou humanitárias, mas devido à análise fria dos acontecimentos políticos que viviam. (FERREIRA, 1996)

Na verdade poderiam ser diversas as causas para a decisão da entrada no partido comunista. Assim como modo de demonstrar os seus atributos, segundo Ferreira (2006), o militante para merecer ser comunista deveria pichar muros, colar cartazes e distribuir panfletos comunistas em locais públicos.

Os portugueses inseridos no meio operário brasileiro tiveram participação na divulgação da propaganda comunista que tinha como base principalmente as idéias marxistas.

Vale ressaltar que os divulgadores portugueses do comunismo poderiam ser membros do PCB ou apenas comunistas sem vínculo real com o partido. O trabalho na maioria das vezes, realizados por eles eram em atividades comerciais, operárias, mas também poderiam ter somente a militância como dedicação exclusiva. Diante disto, foi verificado nos prontuários da Polícia Política que boa parte das expulsões dos imigrantes portugueses do território nacional foram motivadas pela participação em práticas comunistas, como a propaganda ou devido à militância no PCB.



## A PROPAGANDA COMUNISTA

As idéias da propaganda comunista giravam principalmente em torno de reivindicações para o operariado em busca de melhores condições de trabalho, também expressavam a negativa em relação à opressão (prisão, expulsões do território nacional). A propaganda tinha como intenção promover melhorias nas condições entre proprietários e proletariados, além da propagação propriamente visando, entre outras questões, a conquista de um maior número de militantes e a maior visibilidade do comunismo com o intuito de mudanças estruturais na sociedade.

Segundo Tavares (2001), o ideal dos comunistas era o de “Paz, Pão, Terra e Liberdade”. E um slogan importante utilizado por eles nas propagandas durante o período foi o apelo de “morrer por um ideal”. Já que existia o enaltecimento dos companheiros que eram mortos em combate em nome da causa revolucionária. Estes tornavam-se verdadeiros heróis.

A divulgação da propaganda visava atingir o seu público-alvo, através deste slogan existente em panfletos, artigos de jornais e revistas.

A distribuição do material de propaganda ocorria através da panfletagem e era uma das possibilidades dos comunistas difundirem seus ideais. Segundo Tavares (2001) valendo-se da tática de deixar os documentos em lugares acessíveis aos trabalhadores, de tal forma que os operários acabariam por tê-los em mãos. Essa estratégia, ao mesmo tempo em que garantia o anonimato para o autor do “crime”, possibilitava a difusão das idéias sem restrição policial.

Utilizavam uma linguagem diferenciada nas propagandas, resultado de suas próprias relações com o uso da língua, ou seja o comunista atribuía nomes diferenciados a locais, pessoas e assim por diante. De acordo com Tavares (2001), a palavra “aparelho” indicava uma casa clandestina onde se realizava reuniões partidárias, “ponto” era um encontro cercado de precauções.

Assim como o uso das palavras-conceitos, a propaganda comunista classifica-se como ideológica, procurando apresentar-se como mais ampla e mais global. Sua função era a de formar a maior parte das idéias e convicções dos indivíduos e com isso orientar todo o seu comportamento social. As mensagens apresentam uma versão da realidade a partir da qual se propõe a necessidade de transformá-la em um regime político. Lênin,

procurando a melhor forma de definir a propaganda, afirmava que o agitador para atingir uma grande massa, deveria transmitir uma só idéia ou um pequeno número delas. A propaganda comunista procurava difundir apenas o essencial do conteúdo de uma ideologia, selecionando algumas idéias fundamentais ou se limitando a um mero sinal simbólico. A base de muitas idéias da propaganda comunista constituiu-se do “Manifesto Comunista” formulado por Marx e Engels. (GARCIA, 1994)

Com isto, com os mesmos princípios da propaganda comercial, a ideológica possui simplificações e combinações para atrair a atenção do receptor, facilitando a compreensão e suscitando emoções.

Dessa forma, idéias complexas são reduzidas a afirmações simples como slogans, palavras de ordem, ou apresentadas através de associações metafóricas, hiperbólicas e metonímicas. Além disso, a propaganda política deveria ser realizada através da regra da repetição.

A diferença entre elas é que a propaganda ideológica tem como intenção promover uma instituição, neste caso, um partido. Em contrapartida a propaganda comercial visa a promoção de produtos. Mas ambas tem pontos em comum se forem utilizadas indevidamente no tocante a mecanismos e táticas invasivas, como por exemplo, a utilização excessiva de repetições de qualidades e atributos, constituindo um ato de manipulação.

Assim usadas indevidamente, tanto na propaganda quanto na informação jornalística existe a manipulação da linguagem com o intuito de chamar a atenção para a notícia ou para imposição de idéias.

Talvez devido a essas práticas e também devido à ampla divulgação na imprensa de propostas contrárias ao comunismo, muitas vezes deturpando suas idéias humanísticas ou exacerbando intenções autoritárias da própria ideologia, foi construída uma idéia de comunismo como um “grande demônio” do pensamento político. Segundo Mariani (2006), em meados da década de 30 fixa-se na grande imprensa um sentido negativizado para comunismo e pra os comunistas. Assim o comunismo seja em sua acepção geral, seja na sua particularização como o regime dos horrores soviéticos, passa a ser sempre representado como uma doutrina ou ideologia perigosa para o Brasil nas matérias ou reportagens jornalísticas, muitas vezes não assinadas.

Por isso, para definir-se o termo comunismo, seria necessário incluí-lo na ordem do político, pensá-lo enquanto propostas de partidos políticos que, partindo de uma leitura do materialismo dialético, objetivam um sistema social e econômico baseado na propriedade coletiva. (MARIANI, 2006)

Mas para o imaginário construído pela sociedade brasileira na época, o comunismo era visto como uma desordem moral, econômica, política e jurídica.

## DEOPS

O PROMACK, Projeto de pesquisas da Universidade Mackenzie no Arquivo Público do Estado de São Paulo é um estudo sobre a imigração portuguesa e italiana em São Paulo que tem como base a documentação do DEOPS (Departamento de Ordem e Política Social). Pesquisa em andamento que me permitiu conhecer profundamente a documentação relativa aos imigrantes portugueses. Neste sentido a documentação produzida pelo DEOPS, Departamento de Ordem Política e Social paulista, oferece informações para entender o conjunto de problemas relacionados à vida destes imigrantes, especialmente a militância que desenvolveram no Brasil.

O DEOPS foi criado em 1924, a partir da ampliação do Gabinete de Investigações, instituição policial organizada durante a gestão de Washington Luiz como Secretário Estadual de Justiça e Segurança Pública de São Paulo. Em 1930 o seu aparato policial foi modernizado com a intenção de mudanças de métodos e procedimentos que visava à garantia de uma ordem social e política favorável à oligarquia no poder brasileira. (HECKER, 2010)

Desse modo, o Gabinete de Investigações passou a contar com novas delegacias especializadas, entre elas uma apenas para investigar ameaças à ordem pública.

O DEOPS nascia com a explícita preocupação de vigiar e controlar as “classes perigosas”, uma vez que recebeu das indústrias paulistas, como “prêmio” pelo início de seus trabalhos, milhares de fichas contendo informações preciosas sobre os seus trabalhadores. Em 1930, a delegacia foi dividida e estabelecida uma seção denominada Ordem Política e outra Ordem Social. (HECKER, 2010)

Em 1938, o Delegado chefe do DEOPS – que então respondia diretamente ao Secretário de Estado dos Negócios de Segurança - tinha sob sua autoridade quatro principais delegacias: a Ordem Social, que cuidava de fiscalizar greves, campanhas, associações, sindicatos e a Ordem Política, que se incumbia de investigar partidos, militantes, eleições, comícios etc.

O DEOPS paulista no período em questão investigou, prontuariou e perseguiu muito mais os comunistas do que outros “inimigos do regime”. Numa promíscua relação oligárquica entre interesses políticos de empresários paulistas e da camada dirigente do Estado de São Paulo que a partir de então comandou sistematicamente o impedimento das ações mais contundentes do operariado em geral e de suas lideranças.

#### TRAJETÓRIA DA PESQUISA

Segundo Descartes, “o método é o conjunto de regras certas e fáceis, graças às quais todos os que a observassem escrupulosamente jamais suporiam verdadeiro o que é falso e alcançariam, sem se fatigarem em esforços inúteis, mas antes acrescentando regularmente seu saber, o conhecimento exato daquilo que podem alcançar” (DESCARTES, 1983, p.59).

Seguindo este princípio geral, o Projeto de pesquisa foi realizado na maior parte do tempo de sua duração dentro do Arquivo do Estado em São Paulo, através da pesquisa dos prontuários produzidos pela polícia política. Por meio da análise do passado histórico desses portugueses pode-se investigar como foram estruturadas as suas relações com a sociedade brasileira e principalmente como eram realizadas as suas propagandas e isto possibilitou a compreensão das complexas relações sociais de poder para a formação da sociedade paulista.

O projeto se realizou através da pesquisa em 378 prontuários do DEOPS (Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo), no Arquivo do Estado. Sendo o seu estudo baseado na propaganda comunista dos militantes portugueses em São Paulo. Buscou-se pesquisar os acontecimentos ocorridos no período de 1920 até 1940.

O tipo de pesquisa utilizado foi à exploratória que possibilitou a ampliação do conhecimento através de fontes primárias (prontuários) e secundárias (livros).

Foi utilizada também a pesquisa quantitativa, em que, foi descoberto previamente o perfil do imigrante português: cidadão do sexo masculino, simpatizante ou militante do comunismo, maduro, casado, empregado não-proprietário, proveniente de todo o território português e morador na Capital de São Paulo. Depois foi utilizado o método de pesquisa qualitativo, em que, buscou-se informações de propagandas comunistas relevantes.

A opção por um recorte cronológico mais restrito buscou captar a relação do imigrante com a formação de um Estado autoritário, para com isso, captar o momento de maior repressão social em São Paulo.

## RESULTADOS

A imigração em massa da Europa para a América ocorreu entre o período de 1870 e 1930. Muitos fatores contribuíram para tais deslocamentos, mas sem dúvida o maior deles foi à busca por melhores condições de vida em terras estrangeiras, buscavam Fazer a América.

Vale destacar em especial a maciça entrada de imigrantes para o Estado de São Paulo, sendo os grupos mais numerosos, em primeiro os imigrantes italianos, em segundo os portugueses e por último os espanhóis. Porém para épocas específicas estes números mudam, já que entre 1919 e 1960, o grupo nacional que forneceu maiores contingentes foi mesmo os portugueses.

Este fato merece atenção para o estudo, já que, pode-se pensar que na repressão às atividades políticas dos estrangeiros, aparecem também os portugueses. Com grandes contingentes entre os perseguidos e prontuários pela polícia política, num intervalo de datas semelhante ao citado. Por outro lado, os números obtidos em pesquisas realizadas com a documentação do DEOPS paulista isto não ocorre. Entre os anos de 1924, quando foi criado o Deops, até o seu fechamento em 1983. A polícia política prontuário aproximadamente 5.400 portugueses e 12600 italianos residentes em São Paulo.

Assim, apesar de nem todos os fichados serem contestadores do regime político, pois a abertura de fichas criminais ocorreu por vários motivos, o problema que pode ser

percebido levanta hipóteses de que talvez os portugueses tenham causado menores preocupações aos policiais do que, os italianos. Vale destacar que não existe uma lógica exata na comparação entre o número de entradas e o número de prontuários, visto que muitos dos perseguidos pela polícia haviam chegado ao Estado em época anterior a 1924. As análises abaixo foram realizadas a partir de uma amostra de 378 prontuários.

### O PERFIL DOS PORTUGUESES PERSEGUIDOS

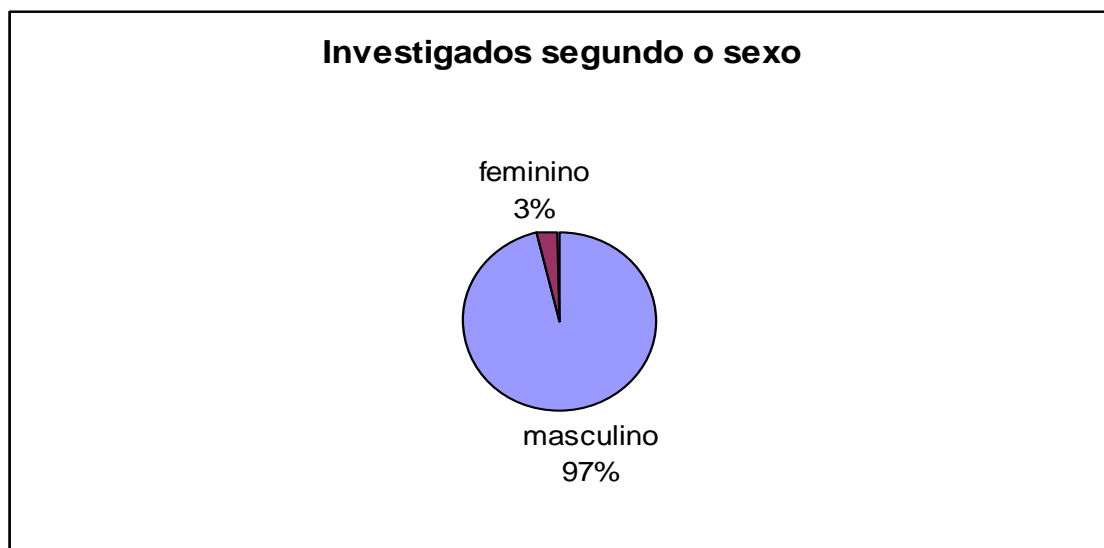


Figura nº 1. Gráfico de investigados segundo o sexo

Valendo-se de dados da própria pesquisa referentes a informações dos prontuários de portugueses em São Paulo pode-se apresentar alguns números que contribuem para conhecer o perfil dos portugueses perseguidos pela polícia. A grande maioria dos prontuários se constituía em pessoas do sexo masculino, demonstrando uma nítida disposição dos homens no enfrentamento das questões políticas no nível público. As mulheres portuguesas provocaram a ação policial principalmente no que diz respeito a desentendimentos entre proprietárias e inquilinos, principalmente quanto a respeito da subida do preço dos aluguéis.

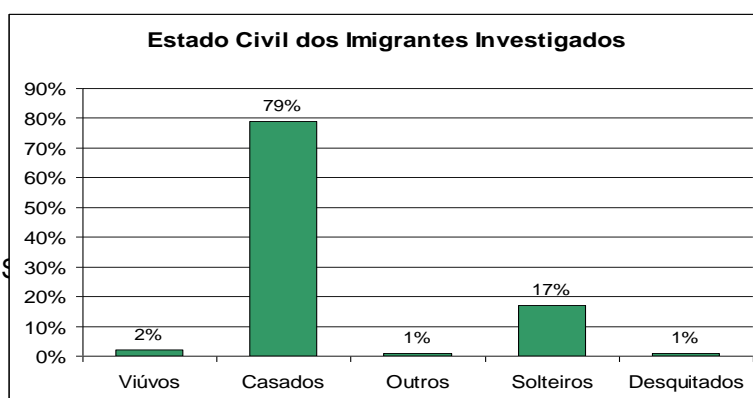


Figura nº 2. Gráfico de estado civil dos imigrantes investigados

Os homens portugueses investigados eram geralmente casados, identificando uma tendência de militância do homem maduro em oposição do argumento quase sempre levantado de que o arrebatamento da juventude e a disponibilidade do homem sozinho significavam tendências para a contestação.

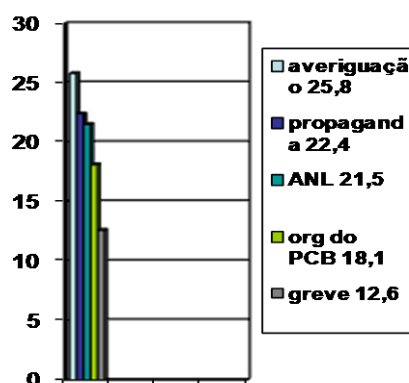


Figura nº 3. Gráfico “Comunistas” portugueses investigados: razões para perseguição e repressão

Dos portugueses investigados pelo DEOPS, quase a maioria tinha como moradia no Brasil o Estado de São Paulo, mais precisamente a Capital, local de ação política e repressão da polícia.

Os resultados alcançados nos permitem analisar incompletamente os motivos pelo qual a Polícia Política investigou e perseguiu os militantes. Existem dados sobre o “o crime político” praticado apenas para 378 prontuários. Porém, tomando este número como

uma amostragem, ainda que não exata em relação ao resultado final, é possível estabelecer alguma projeção. Sabe-se que do número informado, a polícia classificou como comunistas 174 casos; como integralistas, 10; e como outras (infração à lei de economia popular, infração à lei do inquilinato, grevista, “elemento suspeito”, desacato à autoridade, expulsão etc.), 194 casos.

Entre os portugueses indicados como comunistas, pode-se reconhecer como principais razões do DEOPS para perseguição e repressão, a investigação por motivo de averiguação das atividades do cidadão ou pelo fato dele estar fazendo propaganda de suas idéias. Na propaganda realizada por eles existia a influência das lutas operárias na Europa e estes imigrantes também fundavam organizações classistas, orientavam movimentos e divulgavam suas idéias através de conferências, palestras, folhetos, livros, jornais e etc.

### PROFISSÃO

#### Relação entre o total de investigados e comunistas, sobre os quais se têm informação

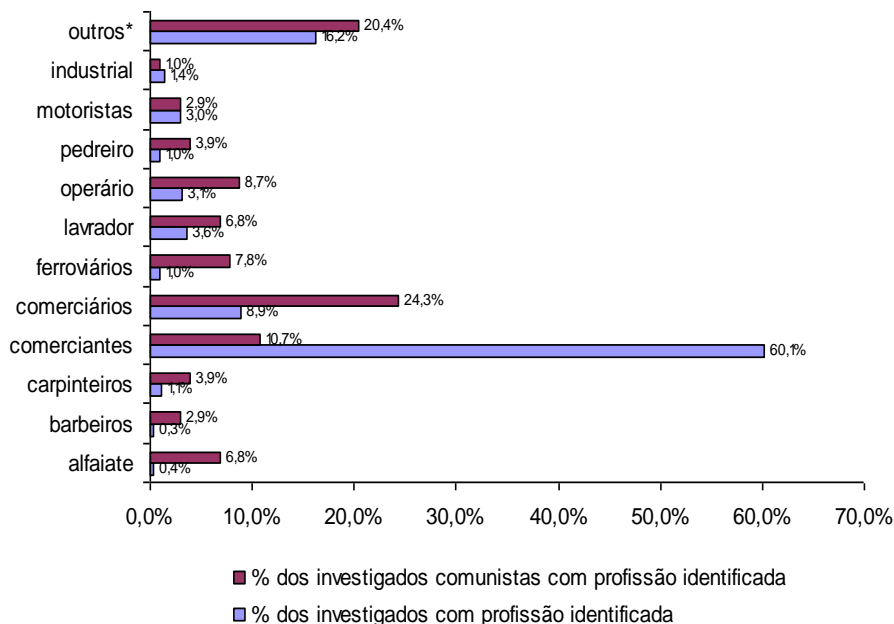


Figura nº 4. Gráfico Profissão

A maioria dos investigados seguia o padrão de profissão dos imigrantes portugueses em geral para o Brasil, isto é, eram comerciantes (60,1%), o militante comunista exercia profissões identificadas como tipicamente de empregados subordinados: mais de 50%



constituíam-se em comerciários, operários, ferroviários, pedreiros ou lavradores. Enquanto o grupo profissional, proprietário de seu próprio negócio – industrial, comerciante, carpinteiro, barbeiro, alfaiate – constituía apenas 25% dos acusados de “crime de comunismo.

Vale compreender que o operário urbano, mesmo diante das medidas repressivas, mesmo assim adquiria uma constante capacidade organizatória e de mobilização. Diversos fatores contribuía para essa situação. O seu crescimento numérico, determinado pela industrialização, já constituía uma razão para o fortalecimento da capacidade reivindicatória.

Como resultado do crescimento e do nível de conscientização, os operários, muitos dos quais envolvidos nas correntes anarquistas, anarco-sindicalistas, socialistas e marxistas, participavam de diversos movimentos reivindicatórios. Estes movimentos, em consequência das condições de trabalho, concentravam-se em reivindicações de redução das horas de trabalho, melhoria dos níveis salariais, assistência médica e proteção ao trabalho da mulher. (GARCIA, 1982, p.32)

Por último, este estudo visa através das análises estatísticas à compreensão do imigrante português que mais incomodava as autoridades. Assim se compreendeu que o português/imigrante que mais incomodava diretamente às autoridades e a polícia política,

tem o seguinte perfil e condição: o cidadão do sexo masculino simpatizante ou militante do comunismo, casado, empregado não-proprietário e morador na Capital de São Paulo. Este era o mal a ser eliminado, os demais, os outros imigrantes, deveriam ser contidos à base da coibição a fim de não caírem na categoria anterior e colocarem em risco a passividade do trabalhador brasileiro.

Para exemplificar este perfil de português que ameaçava a ordem no país, seria interessante explicar a trajetória de vida e as idéias de Antônio Candeias Duarte. Já que, este português, foi um expressivo líder da esquerda que se mantinha sempre presente nas mais destacadas lutas democráticas do período.

Antônio Candeias Duarte nasceu em Coimbra, Portugal, em 1881, e aos 10 anos, chegou a São Paulo. Em 1917, foi um dos líderes da grande greve que paralisou a

cidade e assustou as elites econômicas com a possibilidade de se verem obrigadas a ceder direitos aos trabalhadores. (HECKER 2010)

Participou da fundação de um Partido Comunista de feição anarquista, com o nome de Partido Comunista do Brasil. Candeias era proprietário da empresa gráfica Marenglen, que estava instalada nos fundos do terreno de sua casa.

Como dono de tipografia teve maiores facilidades para a divulgação de material impresso do PCB em São Paulo. Ele publicou entre outros, o jornal: *A Classe Operária* de ideologia comunista. A polícia descobriu vasto material de propaganda comunista em sua gráfica e em razão disto foi preso, sendo expulso em 1936.

Candeias sofreu repressão pela polícia política brasileira durante toda a sua vida de luta e participação política e ideológica, como imigrante em terras paulistanas, foi alvo privilegiado da ação repressora que coibia todo aquele que entendesse representar um papel importante na busca de melhores condições para os trabalhadores.

## TIPOGRAFIA



Figura nº 5. Fonte: (Pront. 2259). Tipografia pertencente ao PCB

Em relatório do indiciado Armindo Gomes (Pront. 82036), diz: A polícia política tentava combater a propaganda comunista através de ação repressora e através de investigações se descobriu que o Partido Comunista Brasileiro era proprietário de uma tipografia para a publicação de seu material impresso. Desta maneira, em uma casa situada no bairro de Caxinguy na capital do Estado de São Paulo foi encontrada e apreendida pela polícia uma tipografia pertencente ao PCB na data de 28 de abril de 1936.



Figura nº 6. Fonte: Pront. (2259). Casa situada no bairro de Caxinguy em São Paulo

A tipografia, onde se encontrava a casa foi custeada pelos cofres do Partido Comunista Brasileiro e instalada em um ponto afastado do centro da cidade, para não despertar a curiosidade e a atenção da polícia. Segundo (Pront. 82036), havia mesmo o hábito da organização escolher uma casa isolada, cercada de grande área de terreno, visando evitar que os vizinhos e a polícia suspeitassem das suas atividades. Dessa forma, existiam várias organizações comunistas em diversos Estados do país, em que, existiam comunicações interligadas.

## MATERIAL DE PROPAGANDA COMUNISTA

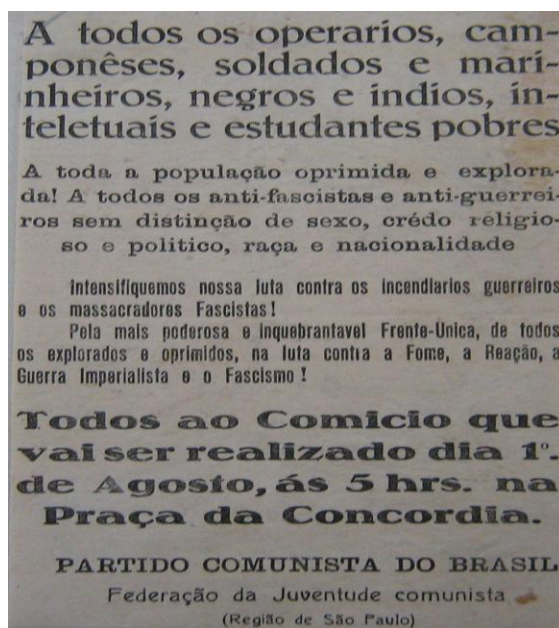


Figura nº 7. Panfleto do PCB

Fonte: Boletins e Propagandas (Pront. 1110)

O panfleto em questão trata-se de uma propaganda para a participação de um comício. O seu público alvo é toda a “população oprimida”, como exemplo, os operários, camponeses, marinheiros e etc. Faz apologia contra o Fascismo, já que comunistas eram contrários a outros regimes políticos. Existe a alusão ao slogan “Paz, Pão, Terra e Liberdade”, quando diz: “Pela mais poderosa e inquebrantável Frente-Única de todos os explorados e oprimidos, na luta contra a Fome, a Reação, a Guerra Imperialista e o Fascismo”! Tal como a alusão de atribuição de qualidades excessivas e de palavras de ordem a Frente Única Comunista. Em razão disto é uma propaganda ideológica com o intuito de manipular as massas para o seu produto, no caso o comunismo e para sua militância.

Segundo (Pront. 258), O militante português Germano Augusto de Andrade, participava da distribuição de boletins e bandeiras comunistas. Ele distribuía panfletos, depois da meia-noite em uma bicicleta, percorrendo todo o bairro onde mora, o material era colocado por baixo das portas das casas.

Segundo o relatório do ( Pront.2182), todos os militantes comunistas tinham as suas tarefas determinadas pelo PCB, em que diz: “Cada comunista tem a seu encargo determinadas tarefas, da execução das quais, não pode, passar. Uns tem a incumbência de distribuir boletins, outros a de organizar reuniões, outros apenas de efetuar ligações, outros encarregam-se, exclusivamente, de conseguir dinheiro”.

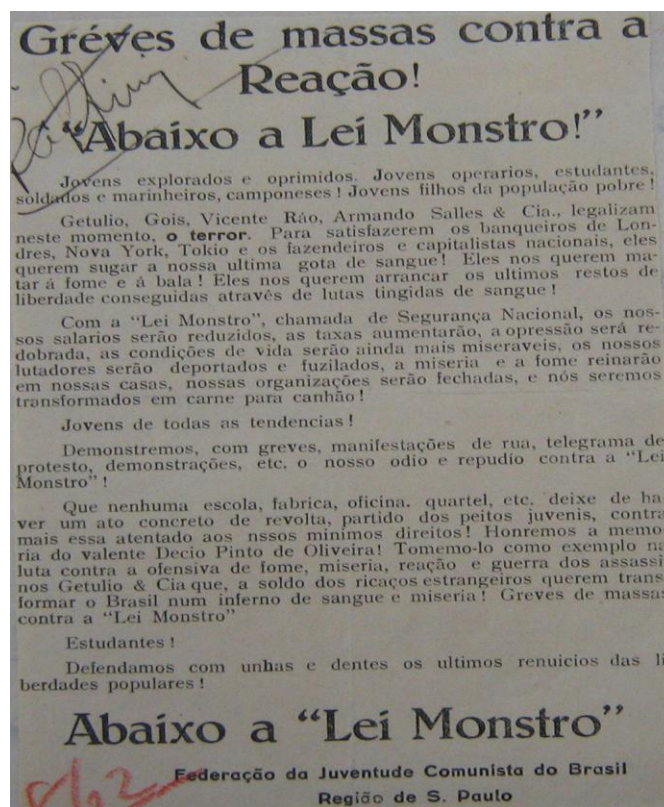


Figura nº 8. Boletim Abaixo a “Lei Monstro”  
Fonte: Boletins e Propagandas (Pront. 1110)

O Boletim em questão faz referência a Lei Monstro instituída em Abril de 1935, na qual estabelecia punições rigorosas contra os subversivos. Esta lei de Segurança Nacional reunia medidas para coibir as ações de ordem política e social, a criminalizar atos da imprensa, de funcionários civis e militares, e a orientar a expulsão de estrangeiros indesejáveis ao poder constituído. Embora a promulgação desta lei constituísse uma resposta conservadora ao momento de intranquilidade vivido pela república inaugurada em 1930. Graças a uma relativa proximidade entre os projetos integralistas e os propósitos nacionalistas restritos do governo Vargas, a escolha do inimigo mais temível recaiu principalmente sobre os comunistas. A propaganda acima mostra o apelo a um público alvo constituído por jovens proletários. Utiliza a tática de um discurso de



crítica ao governo Vargas, tal como a opressão instituída por ele, através da lei. O tom apelativo para se conseguir militantes comunistas marca o discurso suscitando o ódio contra o governo e também demonstra através disto forte engajamento na luta social contra a opressão, misérias, enfim as péssimas condições vivenciadas pelos operários nas fábricas brasileiras. Com isso, a Lei Monstro antecedeu os lances mais objetivos de manifestação das esquerdas no período: o comício da ANL (Aliança Nacional Libertadora) no Rio de Janeiro – que deveria realizar-se em Julho – e o próprio movimento de novembro, batizado pela historiografia governista como a “Intentona Comunista”. Assim, o clima de insegurança alardeado pela grande imprensa estabelecia-se sobre o “imminente perigo comunista” e sua estreita correlação com a presença de estrangeiros como veículo de “estranhas ideologias de esquerda”.

## CONCLUSÃO

Os estudos sobre e/imigração merecem especial atenção, pois permitem colocar em ação temas e objetos de investigação que promovem a solidariedade das pesquisas. É preciso trabalhar o assunto – e ao valorizar a imigração os pesquisadores efetivamente o fazem - considerando um duplo movimento: por um lado, não se podem criar objetos para as pesquisas específicas sem levar em conta preocupações que gravam o mundo contemporâneo. Isto é, devem-se tirar do *mundo* os assuntos que ele próprio oferece como problemas. Por outro, o trabalho não teria sentido se, ao serem tratadas questões presentes nas preocupações das pessoas, não se procurasse retribuir, por meio de reflexão acurada, oferecendo explicações e fazendo propostas às polêmicas sociais. Neste sentido estudar a propaganda ideológica dos militantes comunistas portugueses, no período de formação e crescimento de São Paulo como o grande centro de comunicações do país, parece encontrar plena justificação.

A mais legítima função social para a qual um analista pode contribuir é participar do desenvolvimento da *memória coletiva* da comunidade, na qual, por sua vez, os seus próprios trabalhos estão inseridos. Assim, os estudos sobre a imigração portuguesa presentes neste artigo pretendem oferecer respostas, ainda que preliminares, a essas problemáticas.

Esta investigação procurou contribuir para o estudo da presença dos imigrantes portugueses. A imigração deste povo para São Paulo foi um processo contínuo, mas envolveu experiências múltiplas e diversificadas, assim, a opção por um recorte cronológico mais restrito, buscando captar a relação do imigrante com a formação de um Estado autoritário e centralizador no qual a figura do estrangeiro gerava tensões variadas.

Neste sentido, é preciso considerar as primeiras décadas do século passado como um período de crescimento do controle estatal sobre as sociedades não apenas no Brasil, mas nos países fornecedores de contingentes imigrantistas. Assim, a mesma conjuntura internacional de entre – guerras, com o acirramento das relações internacionais e o recrudescimento das relações políticas internas que promoveu o crescimento dos poderes estatais, viu nascer instituições policiais para a repressão política dos opositores internos e as possíveis “infiltrações” de indesejáveis. Foram por isto criadas as polícias políticas: em São Paulo surgia o DEOPS, no Portugal salazarista assomava a PVDE/PIDE.

Na produção historiográfica sobre imigração em São Paulo, percebe-se o enfoque privilegiado de certos grupos, de modo que só mais recentemente apareceram alguns trabalhos sobre os portugueses.

Entre 1887 e 1900, os portugueses representaram 10% do total de entradas no Estado de São Paulo, proporção que entre 1900 e 1920 subiu para 29%. Os anos de 1910 a 1914 marcaram a vinda do maior contingente luso, em função não só da preferência da política imigrantista por esse grupo, mas também da crise econômico-social em Portugal, que se somava às dificuldades políticas decorrentes da extinção do regime monárquico, estimulando a corrida para fora do país.

A imigração caracterizada até então como individual, masculina e temporária, foi se tornando, tendencialmente, familiar e permanente. Contudo, cabe destacar que não houve um único padrão de deslocamento dos grupos familiares, muitos imigrantes eram chefes de família, vieram bem antes de seus familiares que ficaram aguardando em Portugal; outros vieram ainda quando crianças ou jovens, sem a família nuclear; em outros casos, a família nuclear veio junta, e, mas em alguns deles não permaneceram unidas no novo contexto ou nunca se encontraram e/ou não voltaram a se constituir.

Em diferentes momentos, muitos dos portugueses que chegaram ao Brasil e particularmente em São Paulo, vieram por conta própria. Apesar de sua origem rural, eles procuraram evitar o trabalho no campo e tenderam a se concentrar nas cidades sendo São Paulo um pólo de atração.

Assim, ao focalizar a imigração portuguesa deve-se observar toda uma complexidade de situações vivenciadas: os deslocamentos, os diferentes projetos familiares e as estratégias para concretizá-los, numa trama de valores envolvendo escolhas, re-orientações, conflitos familiares, geracionais, de gênero, provocando exploração, rompimentos, tensões, mas também solidariedades, laços de conterraneidade e afetividades.

Esses processos foram vivenciados por homens e mulheres de forma diferentes, contrastadas, múltiplas, convergentes ou não, foram múltiplas experiências que fazem da ação de emigrar um sentido político, misturando os laços comunitários e étnicos, criando espaços de sociabilidade e reciprocidade, no trabalho, na luta política e nas resistências.

Neste sentido, o que se fez neste artigo foi procurar a forma de comunicação do grupo mais radicalmente político entre os imigrantes portugueses. Aquele que poderia ser identificado pelos órgãos repressores do Estado como: o cidadão do sexo masculino, simpatizante ou militante do comunismo, maduro, casado, empregado não-proprietário, proveniente de todo o território português e morador na Capital de São Paulo. Este era o mal a ser eliminado, extirpado, os demais, os outros imigrantes, deveriam ser contidos à base do amedrontamento e da coibição a fim de não caírem na categoria anterior e colocarem em risco a passividade do trabalhador brasileiro.

Analisar a propaganda divulgada por este “indivíduo inimigo público número um” entre os imigrantes portugueses significou tentar entender a parte mais problemática do processo migratório, e reconhecer a sua forma mais extremada de contato com os problemas brasileiros.

Estudar a imigração portuguesa sob o ponto de vista da propaganda de seus militantes permitiu conjecturar sobre sua inserção na sociedade paulista, já que eles estiveram presentes em diversos órgãos de comunicação, como proprietários de empresas gráficas, editores de jornais, autores de livros, militantes em palanques políticos e até mesmo



atuaram na divulgação destes produtos. Além de reconhecer tal atuação, procuramos participar do debate estabelecido na historiografia sobre o tema, o qual via o conjunto dos imigrantes portugueses como seres pacíficos e até mesmo “fura- greves” e outros comportamentos políticos de submissão. Em diversos momentos deste artigo pudemos sustentar tese contrária a esta impressão fixada por estudos anteriores. Certamente a questão não está esgotada, mas cremos ter colaborado para seu melhor entendimento.

Ao longo desta exposição procuramos exemplificar com ilustrações os trabalhos de divulgação, tais como panfletos, jornais e etc, enfim os vários instrumentos de propaganda utilizados por estes imigrantes, às vezes em associação com outros militantes brasileiros ou com instituições nacionais.

Assim, pudemos perceber o modo de atuação e os conteúdos deste trabalho desenvolvido pelos militantes portugueses, o que, esperamos, contribua para esclarecer as complexas relações entre a política daquele momento e os esforços de formação de uma comunidade, como a população de São Paulo, que até hoje sofre para se tornar integrada e harmônica.

## REFERÊNCIAS

Fontes secundárias:

CLEWS, John. *Técnicas da Propaganda Comunista*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1964.

DERMARTINI GOMES, Neusa. *Formas persuasivas de comunicação política: Propaganda política e publicidade eleitoral*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

DESCARTES, R. *Discurso Del método*. Barcelona: Orbis, 1983.

FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social:1890-1920*. S. Paulo: Difel, 1976.

FAUSTO, Boris. “Imigração: cortes e continuidades”, in NOVAIS, Fernando. *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. S. Paulo: Cia. das Letras, 1998.

FERREIRA, Jorge Luiz. *Prisioneiros do mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1939-1956)*. Tese de doutorado, FFLCH-USP, São Paulo, 1996.

FREITAS, Sônia Maria. *Presença Portuguesa em São Paulo*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006.

GARCIA, Nelson Jahr. *O que é propaganda ideológica*. São Paulo: Brasiliense,1980.

GARCIA, Nelson Jahr. Estado Novo, ideologia e propaganda política. São Paulo: Loyola, 1982.

HECKER, Alexandre. A repressão aos imigrantes portugueses em São Paulo: os *subversivos e os outros*. Porto, Portugal: Edições Aforamento, 2010. ps. 121 a 136.

HECKER, Alexandre. O português Antônio Candeias Duarte: Desconhecido Protagonista da história política brasileira. Porto, Portugal: Edições Aforamento, 2010. ps. 121 a 136.

HOLLANDER, Gavie Durham. *Doutrinação política soviética*. Rio de Janeiro: Agir, 1974.

LABARTHE, Philippe Lacoue; NANCY, Jean Luc. *O mito nazista*. São Paulo: Iluminuras, 2002.

MACKENZIE, Universidade Presbiteriana. *Apresentação de trabalhos acadêmicos: Guia para alunos da Universidade Presbiteriana Mackenzie / Universidade Presbiteriana Mackenzie*. – 4 ed. – São Paulo, Ed. Mackenzie, 2006.

MARAM, Sheldon Leslie. Anarquistas, imigrantes e o movimento operários brasileiro (1890-1920). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MARIANI, Bethânia. O PCB e a imprensa. Os comunistas no imaginário dos jornais: 1922-1989. Ed. Revan, RJ/Ed. da Unicamp, 1998.

MATOS, Maria Izilda; SOUZA, Fernando de; HECKER, Alexandre. *Deslocamentos e Histórias: os portugueses*. São Paulo: EDUSC, 2008.

OLIVEIRA, Lúcia L. de. *O Brasil dos imigrantes*. Rio: Jorge Zahar, 2002.

SOUZA, Fernando e MARTINS, Ismênia (orgs.). *Portugueses no Brasil: migrantes em dois atos*. Niterói: Muiraquitã, 2006.

SPINDEL, Arnaldo. *O que é socialismo*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

TAVARES, Rodrigo Rodrigues. *O porto vermelho: a maré revolucionária (1939-1951)*. Módulo VI – Comunistas. S. Paulo: Arquivo do Estado, 2001.

TCHAKOTINE, Serge. *Mistificação das massas pela propaganda política*. Rio: Civilização Brasileira, 1967.

## DOCUMENTOGRAFIA

Fontes primárias: Fonte DEOPS no Arquivo Público do Estado de São Paulo, no total de 378 prontuários relativos a imigrantes portugueses.

## WEBGRAFIA

VALVERDE, Monclar. Militância & Poder. Salvador: EDUFBA. Disponível em <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Propaganda\\_institucional](http://pt.wikipedia.org/wiki/Propaganda_institucional)> . Acesso em 20 mar, 10.